

Título do capítulo	CAPÍTULO 16 – A EXPANSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: O EXEMPLO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, EM SANTARÉM-PA
Autores(as)	Elen Cristina da Silva Pessôa Izaura Cristina Nunes Pereira Costa Luiz Gonzaga Feijão da Silva
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo16

Título do livro	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
Organizadores(as)	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-030-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A EXPANSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA: O EXEMPLO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, EM SANTARÉM-PA

Elen Cristina da Silva Pessoa¹
Izaura Cristina Nunes Pereira Costa²
Luiz Gonzaga Feijão da Silva³

1 INTRODUÇÃO

Com sede no município de Santarém, região oeste do Pará, a Ufopa foi criada em 5 de novembro de 2009, por meio da Lei nº 12.085, e sancionada em 6 de novembro de 2012 pelo desmembramento do *campus* da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do polo de Tapajós da Universidade Federal Rural da Amazônia – Ufra (Ufopa, 2015). Assim, trata-se de uma universidade recém-criada a partir do projeto de expansão da rede federal de ensino superior no país, pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que completou dez anos em 2019. Esse programa possibilitou o acesso ao ensino superior em cidades do interior, cidades essas que fogem à lógica de metrópole, e atendem a demandas da região e do lugar, a exemplo da Amazônia. Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo analisar o processo de interiorização do ensino superior na Amazônia a partir da experiência da Ufopa, assim como as contribuições desta instituição para o desenvolvimento regional, em especial, a partir dos impactos econômicos positivos da execução orçamentária e das ações de extensão.

A interiorização inicia-se em Santarém, nos anos 1970, com a UFPA, quando foram implementados cursos de licenciatura de curta duração. Nos anos de 1980, a UFPA, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ofertou o curso de licenciatura em pedagogia e projetos de interiorização. Nos anos 2000, surgiu o projeto de transformar o seu *campus* em “Centro Universitário Federal do Tapajós”, para a posterior criação da “Universidade Federal do Tapajós”, em paralelo, no ano de 2002, a Ufra implanta em Santarém a Ufra Polo

1. Professora mestre no curso de ciências econômicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). *E-mail*: <elenpessoa@yahoo.com.br>.

2. Professora doutora no curso de gestão pública e desenvolvimento regional da Ufopa. *E-mail*: <geoiza@yahoo.com.br>.

3. Professor mestre no curso de ciências econômicas da Ufopa. *E-mail*: <luizgonzagafs@yahoo.com.br>.

Tapajós. Em 2007, o então reitor da UFPA entrega ao ministro da Educação, à época Fernando Haddad, o projeto para criar e implantar a Ufopa (Ufopa, 2015).

Em 2008, por intermédio do Projeto de Lei (PL) nº 2.879/2008, apresentou-se em Brasília a proposta de criação da instituição em questão. Em seguida, foi então instituída pelo Ministério da Educação (MEC) a comissão de implantação da Ufopa. Essa comissão realizou estudos e atividades voltadas para pensar o planejamento e a estrutura acadêmica, curricular e institucional da universidade. Além dessa comissão, foi criado um conselho consultivo, composto por instituições estaduais, federais e municipais, com a realização de um seminário em Santarém em agosto de 2008, para uma universidade pensada como polo de desenvolvimento regional (Ufopa, 2015). Como resultado das discussões a partir da comissão e do conselho supracitados, obteve-se uma primeira versão do projeto de criação da universidade, intitulada primeiramente como Universidade Federal da Integração Amazônica (Uniam), em 2009, inclusive com “ampla discussão com a comunidade acadêmica local, regional e nacional” (Ufopa, 2015, p. 18).

A Ufopa, portanto, é implantada como uma universidade *multicampi*, com o objetivo de ministrar o ensino superior, “desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária” (Ufopa, 2018, p. 5), sendo a primeira “instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira” (*op. cit.*, p. 82), sede localizada em Santarém e *campi* nos municípios de Alenquer, Juruti, Itaituba, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Sua missão é “produzir, socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” (Ufopa, 2018, p. 5), tendo como princípios norteadores: formação em ciclos; interdisciplinaridade; flexibilidade curricular; mobilidade acadêmica e educação continuada. Atualmente, a universidade encontra-se com mais de trinta cursos de graduação, distribuídos entre o *campus*-sede e os demais *campi*, além de contar com programas de pós-graduação de mestrados e doutorados, bem como licenciaturas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor).

O acesso aos cursos de graduação se dá por meio de três processos seletivos: o Regular (PSR), o Especial Indígena (PSEI) e o Especial Quilombola (PSEQ), contando ainda com as vagas remanescentes utilizadas pelo Mobilidade Interna – Mobin (Ufopa, 2018). A Ufopa surge a partir de um contexto e conjuntura em escalas mundial, nacional, regional e local, diria que no “centro do furacão”, em uma das regiões estratégicas à implementação do capital internacional, em dinâmicas a partir de *commodities* agrícolas e mineral, que provocam reordenamento do território nas dimensões rural e urbana. Há uma reconfiguração das relações socioeconômicas entre essas duas dimensões. Um complexo sistema assimétrico de inter-relações político-econômicas do mundo globalizado interfere nas múltiplas escalas entre

o local e o global (Castro, 2016; Aguiar, 2017; Brandão, 2012). Sendo assim, Santarém representa um espaço de avanço de mercados, ganhos de competitividade comercial, assim como visa atender aos novos padrões de consumo e às reconfigurações na geopolítica das economias primário-exportadoras.

A implementação da Ufopa possibilitou à população o acesso ao ensino superior na sua região por meio de seleção. Esses estudantes têm a oportunidade de adentrarem em seus cursos, o que permite a capacitação e formação de futuros profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento da região em diferentes áreas, seja nas biológicas, exatas, agrárias e ciências sociais aplicadas e humanas, engenharias, entre outras; além de incentivar o desenvolvimento social local. Diante dessa expansão do ensino superior, pode-se destacar a importância das atividades de extensão que contribuíram e ainda contribuem para a inclusão social, bem como para a articulação com movimentos e organizações sociais locais, e direcionando para a implementação de políticas públicas para a região.

Entre os projetos de extensão desenvolvidos na Ufopa, descrevem-se aqui duas experiências: o projeto *Implementação e Manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) na Amazônia Paraense: território, desenvolvimento e sustentabilidade*, desenvolvido entre 2014 e 2016; e o projeto *Incubadora de Empreendimentos Solidários*. Ambos desenvolvidos no âmbito dos cursos de gestão pública e desenvolvimento regional e de ciências econômicas, respectivamente, os quais compõem o Instituto de Ciências da Sociedade. O projeto Nedet surge a partir da Chamada Pública do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) nº 11/2014, em 2013. A Ufopa foi contemplada nesse edital com o objetivo de implementar um Nedet para apoiar tecnicamente os chamados colegiados de desenvolvimento territorial (Codeter) em três territórios: Baixo Amazonas, BR-163 e Salgado Paraense. Acompanhando atividades de mais de vinte municípios que compunham os três territórios.

O projeto Incubadora de Empreendimentos Solidários tem sua atividade iniciada em 2013, o qual mentem-se em execução. Tem como objetivo principal fornecer suporte técnico a empreendimentos econômicos solidários rurais (associações comunitárias, cooperativas, grupos de mulheres e outros), formados por camponeses. O sucesso desses empreendimentos econômicos solidários fortalece as unidades familiares que os formam, contribuindo de certa forma para a redução do êxodo rural e dos diversos impactos negativos para a sociedade. As ações acontecem a partir da transferência de tecnologias sociais, de modo que integre, ampla e interdisciplinarmente, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Como se pode observar, a região apresenta uma diversidade de atores, interesses, sentidos, cuja complexidade envolve, entre outras variáveis, a relação entre território, seu desenvolvimento econômico e as múltiplas escalas entre o local, o regional, o nacional e o mundo globalizado. Tem-se o território como espaço transformador, e o papel das universidades públicas – neste caso, a partir da extensão universitária –, bem como a participação da comunidade, é o de estabelecer uma relação de trocas de saberes e conhecimentos, respeitar o local e possibilitar que espaços sejam urbanos ou rurais, com território de populações tradicionais e unidades de conservação. Essa relação de troca possibilita o tratamento de abordagens e vivências que tendem a valorizar a intervenção da universidade e do poder público, juntamente com a comunidade e seu modo de vida.

Para tanto, o trabalho segue organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2, tem-se as universidades na perspectiva do desenvolvimento regional, a experiência e participação da Ufopa no processo de ensino, pesquisa e extensão. Na seção 3, tem-se a discussão sobre a integração regional e territorial a partir do projeto de extensão Nedet/Ufopa. Na seção 4, apresenta-se a discussão sobre a integração econômica de empreendimentos econômicos solidários a partir da experiência do projeto de extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários da Ufopa. Por fim, são tecidas as considerações finais.

2 AS UNIVERSIDADES NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, A EXPERIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO DA UFOPA NO PROCESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

2.1 Características gerais da instituição e ações em áreas de ensino, pesquisa e extensão

A Ufopa assume importante papel no processo de interiorização das universidades. Ao se estabelecer no município de Santarém, ela passou a exercer influência na cidade, na mesorregião do Baixo Amazonas e em toda a região oeste do Pará como uma instituição promotora de ações que contribuem com o desenvolvimento social e regional. Essa instituição conseguiu atrair parcerias nacionais e internacionais, com diferentes instituições e organizações interessadas em seus serviços, sendo a pesquisa e a extensão importantes referências da instituição.

Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense (Ufopa, 2018, p. 5).

Santarém é uma cidade média, possui uma população de 294.580 habitantes, conforme o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

sendo que 73,25% da sua população localiza-se na área urbana. Conforme dados de 2017, ancorados no Censo 2010, Santarém apresentou em 2017 um salário médio mensal de 2,2 salários mínimos (SMs), com uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 15,9%, seu produto interno bruto (PIB) *per capita* é de R\$ 16.318,44, com 83,1% do percentual de receita oriundo de fontes externas. Observou-se que em relação ao PIB *per capita* o município encontra-se acima da média estadual.

Quanto às principais atividades realizadas no estado do Pará, Santarém classifica-se em: “demais serviços”, como um subsetor da atividade econômica “serviços”. A atividade agropecuária no município encontra-se com o percentual de 11,8%, possivelmente atribuído às *commodities* de grãos. Na tipologia rural-urbana, Santarém enquadra-se na tipologia “urbano”.

O município de Santarém situa-se em uma região com grande diversidade de atores, interesses e sentidos, dando origem a diferentes cenários, bem como a distintos conflitos, cuja complexidade envolve, entre outras variáveis, a relação entre território, desenvolvimento econômico e múltiplas escalas entre o local e o mundo globalizado. É nesse cenário que a Ufopa está inserida, em uma região onde vêm sendo implementados vários projetos que provocam o reordenamento espaço-temporais, além de aberta ao grande capital. Nesse contexto, a instituição vai se expandindo e acompanhando essas dinâmicas ora formando capital social, ora promovendo o debate sobre os impactos dos processos em curso para o desenvolvimento regional. Além disso, a Ufopa tem possibilitado a integração entre os municípios da região e entre as regiões do estado, bem como propiciado a jovens e demais pessoas, inclusive de sua área de influência, o acesso ao ensino superior gratuito, tendo em vista que anteriormente os moradores da região tinham que se deslocar para cidades como Belém ou Manaus, ou outras cidades, para cursar uma graduação ou pós-graduação, muitos saindo de Santarém, Oriximiná, Monte Alegre, Juruti, Itaituba, Óbidos, entre outros municípios que compõem a região do Baixo Amazonas.

Em 2018, a Ufopa apresentou os seguintes números correspondentes à graduação e pós-graduação, e sobre o quadro de servidores. Do ensino de graduação, as vagas ofertadas foram 1.511, sendo 1.325 destas no PSR sede e *campi*, 93 no PSEI e 94 no PSEQ. Desse total de vagas disponíveis, 1.499 foram preenchidas, correspondendo a 99,2% do total de vagas (Ufopa, 2018, p. 17). No relatório da universidade, para o primeiro semestre letivo de 2018, houve 5.149 matriculados – isso envolve os demais alunos dos anos anteriores –, e no segundo semestre letivo de 2018 foram 4.932 matriculados (*op. cit.*, p. 17). Em relação ao ensino de pós-graduação, ainda com base no relatório de Ufopa (2018, p. 18), a instituição possui quatorze cursos *strictu sensu*, sendo sete mestrados acadêmicos, quatro

mestrados profissionais e três doutorados acadêmicos. Um total de 450 alunos compõem os cursos *strictu sensu*, sendo que quatro deles fazem parte do grupo Coimbra da Organização dos Estados Americanos (OEA/GCUB), e 115 alunos possuem trabalhos de pós defendidos (*op. cit.*, 2018, p. 18).

Em relação à pesquisa, foram registrados 506 projetos no total, 14 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti), 385 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), 129 do Programa de Fomento à Pesquisa para Trabalhos de Conclusão de Curso (PROTCC) e 189 de apoio a eventos, bem como 4 de apoio à publicação em periódico, 8 de apoio à tradução de periódicos e 16 produções de discentes qualificadas (Ufopa, 2018, p. 18). Sobre o orçamento para a pesquisa, foram executados R\$ 2.596.999,53 com recursos da Ufopa, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e do Programa de Apoio à Pós-graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (Ufopa, 2018, p. 19).

A universidade possui em seu organograma a Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE), na qual há diversas ações voltadas à cultura e extensão, entre elas destaca-se o Navio Universitário Abaré, adquirido em 2017, “que atende famílias ribeirinhas e de indígenas, realizando consultas médicas, exames laboratoriais, serviços odontológicos e educação preventiva à saúde, com seis visitas realizadas em 2018” (Ufopa, 2018, p. 23), além de outras atividades de extensão em parceria com outras universidades. Ainda em 2018, foram realizadas doze ações culturais, entre elas: eventos de dança, teatro, músicas, sessões de cinema, coral da universidade, exposições, oficinas, realização de produção audiovisual, entre outros, portanto, “ações e eventos que têm como foco a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento do potencial regional” (*op. cit.*, p. 20).

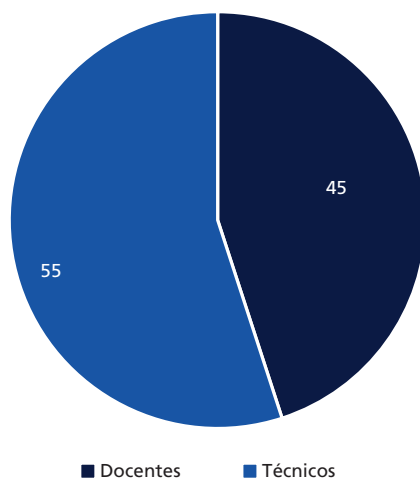
No que tange à extensão, em 2018, foram registrados 141 programas e projetos, e 222 ações de extensão; foram disponibilizados R\$ 176.000,00 de fomento a projetos, sendo as seguintes áreas dos programas e projetos atendidos: direitos humanos e justiça, trabalho, comunicação, saúde, cultura, meio ambiente, tecnologia e produção e educação (Ufopa, 2018, p. 21). Há também o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), que concede bolsa de extensão universitária a discentes, o qual, no ano de 2018, atendeu R\$ 82.879,73, valor menor que o realizado em 2017, tendo lançado outros editais de extensão para atender aos discentes. O total realizado em ações de extensão em 2018 foi R\$ 733.428,04 (*op. cit.*, p. 22).

No que se refere ao quadro de servidores da Ufopa, a instituição apresentou em 2018 um quadro com 1.098 servidores efetivos, distribuídos em: 490 docentes (45%) e 608 técnicos administrativos (55%) (Ufopa, 2018, p. 41).

GRÁFICO 1

Quadro efetivo de técnicos e docentes – Ufopa (2018)

(Em %)



Fonte: Ufopa (2018).

De acordo com a Ufopa (2018, p. 41), a instituição já prevê um impacto negativo no seu quadro efetivo, no qual alguns cargos não poderão ser repostos, com base no Decreto nº 9.262/2018, “os cargos da classe B e C ao ficarem vagos não poderão ser repostos, assim, será composto apenas por servidores técnicos das classes D, E por docentes”.

Com base na entrevista realizada pela universidade em 2019 ao professor Ênio Ramalho, do curso de ciências econômicas, que realiza pesquisa de mestrado e analisa a participação, a importância e os impactos socioeconômicos da Ufopa na região do Baixo Amazonas, o referido professor, com base em resultados preliminares do ano-base 2017, observou que a Ufopa fomenta a economia dessa microrregião, e que, caso fosse um município, a instituição “teria o terceiro maior orçamento público na região, ficando atrás apenas de Santarém” (Ufopa, 2019). No que se refere à origem dos servidores:

os docentes nascidos na região Norte correspondem a 49%, sendo 51% de outras regiões do país, inclusive os nascidos no exterior: “Temos pessoas de naturalidade americana e espanhola em nossos quadros”. Com relação aos técnicos administrativos, 91% são originários da região Norte: “Podemos assegurar que nossos técnicos administrativos são uma mão de obra predominantemente caseira”. No geral, 75% dos servidores consultados são naturais da região Norte e 25% das demais regiões do país (Ufopa, 2019, p. 1).

Para o professor Ênio, os recursos disponibilizados pelas folhas de pagamento influenciam alguns setores da economia local, como o mercado imobiliário, de veículos, gêneros alimentícios, serviços e lazer, moradia e transporte (Ufopa, 2019).

3 INTEGRAÇÃO REGIONAL E TERRITORIAL A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFOPA

3.1 A estratégia de desenvolvimento com abordagem territorial

A partir do recorte do território, é possível pensar em estratégias de desenvolvimento que superam a pseudodicotomia rural e urbana, visto que este valoriza o patrimônio natural e cultural de cada localidade, reforçando a identidade na construção de um projeto de vida social. *Grosso modo*, o território pode ser definido como uma porção delimitada do espaço geográfico. Entretanto, a sua conceituação vai para além da simples definição de um recorte espacial, englobando as relações que se processam entre os múltiplos atores existentes no território, tanto interna quanto externamente.

Para Becker *et al.* (1988), o território, do ponto de vista físico, pode ser compreendido como um patrimônio fixo de um país ou região. Desse modo, a sua apropriação, em termos de conhecimento e de posse, constitui fonte de poder aos grupos sociais e para o Estado nacional.

Em Raffestin (1993), o território pode ser compreendido como uma porção delimitada do espaço geográfico marcado por relações de poder. Para o autor, sendo o território uma produção a partir do espaço, a sua apropriação implica a construção de representações. Assim, não há território sem representação, sem informação que permita uma ação integrada no que tange ao seu uso e à sua apropriação. No âmbito da ciência geográfica, a categoria/conceito território suscita um amplo debate; entretanto, vale destacar que a polissemia e a aplicabilidade empírica do território podem gerar graves equívocos conceituais, sendo comum que ele seja confundido com o espaço ou a região (Lima, 2013).

Nas últimas décadas, o território vem ganhando destaque no rol das políticas públicas no Brasil, sendo o recorte principal de vários programas e projetos no país implementados a partir de 2003. No âmbito das políticas públicas que adotam tal categoria, destacam-se: a Política de Entornos de Projetos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),⁴ aprovada em 2009; e o Programa Territórios da Cidadania, instituído pelo governo federal, em 2008.

4. Essa política é um marco institucional da introdução do recorte territorial nas estratégias operacionais do BNDES, na medida em que visa intensificar a responsabilidade da instituição em suas ações sobre o território, bem como otimizar a oportunidade de integração da atividade de apoio financeiro a projetos econômicos que tenham a atuação voltada ao desenvolvimento territorial sustentável (Leal *et al.*, 2014, p. 261).

O Programa Territórios da Cidadania constitui uma política de desenvolvimento territorial voltada ao meio rural, que tem entre seus objetivos promover o desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania (Brasil, 2014). Do ponto de vista espacial, o Território da Cidadania é um conjunto formado por municípios que apresentam densidade populacional média abaixo de 80 hab./km² e, concomitantemente, população média municipal de até 50 mil habitantes.

No contexto do desenvolvimento, o uso da categoria território indica uma valorização da dimensão espacial na dinâmica do planejamento, bem como das relações que ali se processam. Para Lima (2013), no âmbito das políticas públicas implantadas atualmente no país, o conceito de território constitui-se em um referencial central para substanciar o planejamento e a gestão do Estado, centrada na construção de uma nova escala de governança territorial ou unidade de planejamento.

Para Gularte (2013), o emprego do termo território pelas políticas de desenvolvimento para o meio rural, em particular, demonstra o interesse em desenvolver políticas que entendem o campo como um local complexo, que possui suas próprias relações, organizações e peculiaridades, almejando a superação da ideia de um espaço restrito à produção. Nesse sentido, o rural também é um espaço de conflitos no âmbito da relação urbano-rural. Portanto, tem-se a estratégia de desenvolvimento territorial como um instrumento de planejamento para o meio rural, visando dotar esse espaço com equipamentos e técnicas que permitam a sua modernização e a maior participação social na tomada de decisão.

3.2 Os Nedets: aspectos gerais

Pensar o desenvolvimento em bases sustentáveis exige a implementação de ações que busquem compatibilizar as demandas locais com as políticas públicas em suas múltiplas escalas. Entre essas ações, destaca-se o fortalecimento da cooperação institucional entre os atores sociais e as esferas de governo, como esforço de superação das desigualdades regionais.

No âmbito desta discussão, a implantação dos Nedets pode ser compreendida como uma dessas ações com o objetivo de fortalecer o planejamento e a articulação institucional com vista à promoção do desenvolvimento no Brasil, sobretudo no meio rural.

Preconizados desde 2004 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) no cerne da política de desenvolvimento territorial, os Nedets surgiram com o objetivo de contribuir com a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania. Constituem núcleos vinculados

às instituições de ensino superior (IES) presentes nos Territórios da Cidadania, representando o elo de parceria entre o governo federal e as instituições públicas de ensino. São formados por professores, estudantes e profissionais específicos, contratados para atuarem como assessores territoriais em duas áreas: gestão social e inclusão produtiva.

A implantação dos Nedets teve por objetivo o fortalecimento da integração das instituições federais de ensino na indução do desenvolvimento territorial, por meio de atividades de extensão voltadas à geração de informações e conhecimentos para o incremento de capacidade de gestão social dos colegiados territoriais e suas instâncias. Os núcleos também tiveram em seu escopo a função de qualificar e integrar o planejamento territorial aos ambientes de gestão das políticas públicas nos distintos níveis, bem como ampliar a efetividade da implementação das políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento territorial, refletindo para o regional.

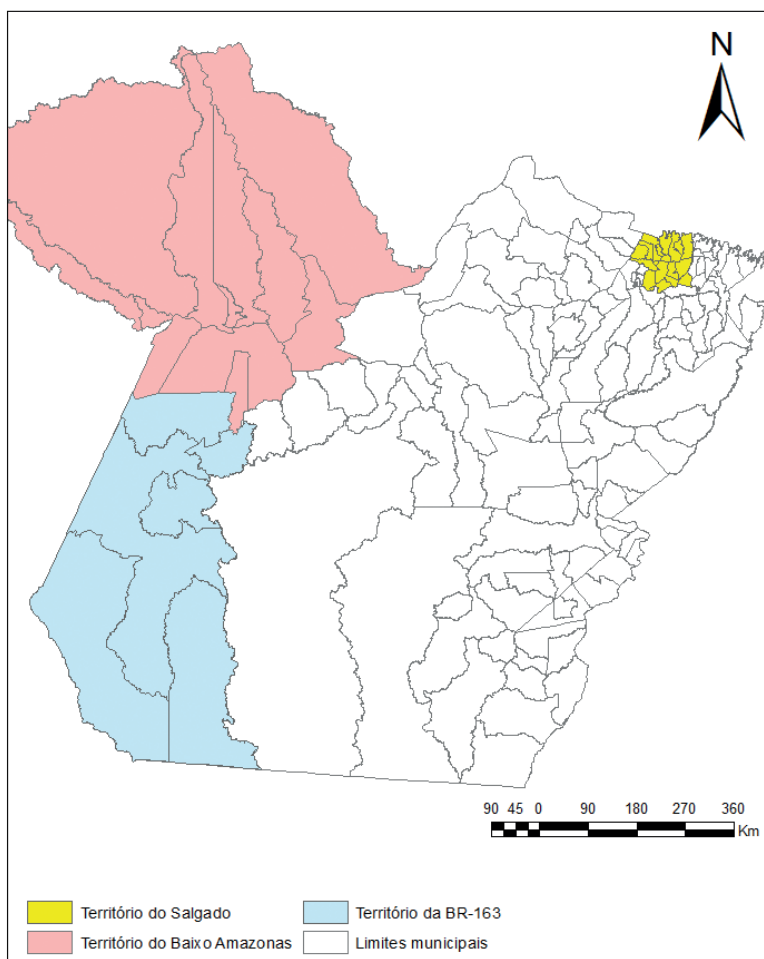
De modo geral, aos Nedets, cabiam assessorar o chamado Codeter de cada território objeto de sua atuação. Segundo a SDT/MDA (2014), o Codeter é substancial na condução e operacionalização da estratégia de desenvolvimento com abordagem territorial, sua principal função é representar a diversidade de instituições, organizações e segmentos sociais e produtivos existentes no território. As principais atribuições dos núcleos, definidas pela SDT/MDA, tiveram como foco central de atuação subsidiar por meio de ações específicas a atuação dos colegiados territoriais, aliando extensão e pesquisa.

3.3 Nedet/Ufopa: histórico, características e abrangência

No fim de 2013, por intermédio da chamada “encomenda” por meio de edital, a Ufopa foi convidada a apresentar uma proposta para implementar um núcleo, juntamente com mais quinze instituições de ensino superior. Das quatorze propostas submetidas, apenas doze foram aprovadas. A Ufopa, com o projeto intitulado *Implementação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial na Amazônia paraense: território, desenvolvimento e sustentabilidade*, vinculado ao MDA em parceria com o CNPq, teve como objetivo central apoiar e assessorar as políticas de desenvolvimento territorial nos territórios do Baixo Amazonas, BR-163 e Salgado. Esses territórios, juntos, ocupam aproximadamente 41% da área total do estado do Pará e podem ser observados no mapa 1.

MAPA 1

Territórios de atuação do Nedet/Ufopa – Pará (2019)



Elaboração dos autores.

Obs.: Mapa cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O Nedet/Ufopa constitui um núcleo multiterritorial composto por três territórios bastante singulares no que tange aos aspectos físico-geográficos, culturais, econômicos, políticos, sociais e, principalmente, cujas ações emanaram também estratégias específicas de atuação da equipe envolvida. Portanto, conhecer tais particularidades é o primeiro passo a ser dado com vista à obtenção de resultados satisfatórios na execução das ações propostas.

Com exceção do Salgado, a Ufopa possui *campi* no território do Baixo Amazonas, estando presente em cinco municípios além de Santarém (sede), são eles: Juruti, Alenquer, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. No caso do território da BR-163, a instituição possui *campus* apenas no município de Itaituba.

As dimensões geográficas dos territórios do Baixo Amazonas e da BR-163 é um fator desafiador às ações empreendidas pelas equipes do núcleo. No caso do território do Baixo Amazonas, além do aspecto territorial em termos de área, merece destaque também a forma de acesso aos municípios, que se dá, principalmente, por meio de transportes fluviais, como lanchas, barcos e balsas, partindo de Santarém, cidade-polo na região oeste do Pará.

No caso de Salgado, a sua localização, às proximidades da Região Metropolitana (RM) de Belém, dá a este território o privilégio de possuir a melhor infraestrutura de transporte rodoviário entre os territórios em questão, permitindo mais mobilidade da equipe entre eles e em menor período de tempo. Contudo, apresenta como especificidade central o fato de possuir várias reservas extrativistas marinhas, que, por sua natureza, levantam questões relacionadas à manutenção e à conservação dos recursos naturais.

3.4 A legitimidade territorial do Nedet/Ufopa: desafios, atuação e perspectivas

Um ponto importante a se discutir no que tange ao papel dos Nedets, no âmbito da estratégia de desenvolvimento territorial do MDA, é a sua legitimidade. Diante dos vários atores presentes nos territórios, a chegada de um novo ator com peso institucional e político, como as universidades, é vista como ameaça aos poderes anteriormente estabelecidos. Isso se dá em decorrência da capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, a tomada de decisão. Nessa perspectiva, Secchi (2013, p. 99) argumenta que:

os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que tem a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. São os atores que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva. São os atores que em influência na decisão do que entra ou não na agenda. São eles que estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem que intenções sejam convertidas em ações.

Partindo dessa visão – e considerando o papel das instituições de ensino no processo de geração e sistematização de conhecimento, bem como da ausência de pactuação inicial com os demais atores territoriais por parte do governo –, a atuação do núcleo em todos os territórios, inicialmente, foi dificultada.

Apesar dessa dificuldade, a implementação do núcleo e o trabalho desenvolvido junto aos colegiados territoriais geraram resultados bastante satisfatórios. O primeiro deles, sem dúvida, refere-se à rearticulação dos colegiados territoriais,

no caso dos territórios da BR-163 e do Baixo Amazonas, o que fora feito a partir das seguintes ações: i) coleta de informações sobre a atuação anterior dos colegiados; e ii) realização de plenárias para indicação e aprovação dos membros.

No caso do território de Salgado, por ser uma região nova, não havia o colegiado territorial. Assim, foi preciso mobilizar a sociedade civil para a criação do colegiado, para tanto as seguintes atividades foram realizadas: i) levantamento, caracterização e transmissão do quantitativo das políticas de inclusão produtiva de microcrédito rural e chamadas de assistência técnica e extensão rural (Ater); ii) (re)mobilização e (re)inserção dos entes (civis e governo) para a discussão acerca das políticas de desenvolvimento territorial rural; iii) realização da primeira plenária em nível territorial, no território de Salgado-PA; iv) construção e validação do Regimento Interno e da Carta de Princípios e Diretrizes do Colegiado de Desenvolvimento Territorial de Salgado-PA; e v) formação, composição e validação do Codeter do Salgado Paraense.

Mediante a experiência do Nedet/Ufopa, é possível visualizar como uma instituição de ensino superior pode atuar de forma direta no processo de desenvolvimento regional, mesmo que em bases territoriais. A implantação de um núcleo de extensão com essa perspectiva em uma instituição pública foi necessária para que a política de desenvolvimento dos territórios rurais alcançasse seus objetivos, devido à credibilidade dessas instituições. No caso do Nedet/Ufopa, a sua implementação só foi possível pela presença da Ufopa na região oeste do Pará.

4 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS A PARTIR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFOPA

A região oeste do Pará, em especial, os municípios que compõem a RM de Santarém – Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra – configuram um território onde a diversidade ambiental, social e econômica é expressiva, e como tal, relevante para entendermos o processo de desenvolvimento. O desenvolvimento como disciplina da ciência econômica tem como um dos seus paradigmas científicos⁵ a reflexão balizada sobre a organização e a ampliação dos mercados, dito de outra forma, a disseminação e a predominância do arranjo institucional de mercado, associando-o à ideia de progresso. Para entendermos como ir além desse paradigma, é necessário entender a economia de forma substantiva, destacando a relevância das instituições. Podemos definir instituições como “sistemas de regras sociais estabelecidas e prevaletentes que estruturam as interações sociais”, onde as integrações econômicas são ao mesmo tempo integrações sociais, são indissociáveis (Hodgson, 2017,

5. Segundo Dosi (2006, p. 22), um paradigma científico é definido como “uma perspectiva que define os problemas relevantes, um modelo e um padrão de investigação”. Ou seja, está implícito que esse modelo exclui outros problemas e padrões de investigação.

p. 122). Quanto às regras, Hodgson (2017, p. 141) afirma que “Regras geralmente funcionam apenas porque são incorporadas aos hábitos compartilhados (socialmente) de pensamento e comportamento”. Dessa forma, o autor se aproxima do entendimento de instituições de Veblen, no qual o hábito tem um papel determinante.

O mercado como arranjo ou padrão institucional que proporciona integração econômica – termos adotados por Polanyi (2012) – prescinde de uma série de instituições, como a propriedade privada e a liberdade de troca e, dessa forma, conduz os agentes a determinados comportamentos, como a barganha e a maximização, assim como é influenciado por esses agentes. Para essa abordagem, a economia e a integração estão circunscritas em mercados nos quais se reproduz um comportamento adequado a essa lógica. Porém, tratar esse arranjo institucional como o melhor entre as opções de integração – ou na pior das hipóteses, como o único existente – é uma análise que depõe contra a diversidade característica da região estudada.

Diversos autores, neste texto abordaremos as obras de Polanyi (2000; 2012), apresentam uma perspectiva diferente. Para Polanyi (2000; 2012), a economia pode ser entendida como imersa em uma densa rede institucional socialmente construída, ou seja, as instituições econômicas podem estar enraizadas nas instituições sociais. Por esse prisma, o mercado é apenas um dos arranjos institucionais que promovem integração econômica e asseguram as condições materiais de reprodução da sociedade; logo, a economia não está restrita aos mercados, ela abrange outros arranjos institucionais.

Essa interpretação da economia só é possível se adotarmos o significado substantivo do termo econômico, abandonando o significado formal adotado pelo *mainstream*.

A economia substantiva está interessada em compreender como o homem assegura a materialidade para a sua reprodução, dependendo para isso da relação (integração) com outros homens e a natureza, ou seja, as instituições que mediam essas relações são essenciais. Por sua vez, a economia formal dispensaria a análise das instituições que mediam essas relações, partindo do argumento da propensão natural a troca, tendo como implícita uma noção de escassez dos recursos, que leva inevitavelmente ao preço como único mecanismo que mediará essas relações por intermédio dos mercados. Podemos, a partir da economia substantiva, chegar a uma economia de mercado – o capitalismo é um sistema econômico no qual o arranjo institucional de mercado é predominante como forma de integração econômica, porém, partindo de uma economia formal, não podemos chegar em outros arranjos institucionais que promovem integração econômica além do mercado (Polanyi, 2012).

Conforme o quadro 1, Polanyi (2000) nos apresenta quatro formas de integração econômica, reciprocidade,⁶ redistribuição,⁷ domesticidade⁸ e permuta.⁹ Essas formas de integração são caracterizadas pelos princípios comportamentais, que se revelam durante a interação. Esses comportamentos exigem respaldos institucionais que organizam seu funcionamento. Esses “respaldos institucionais” são nossos padrões institucionais ou arranjos institucionais: simetria, centralidade, autarquia¹⁰ e mercado.¹¹

Sem as instituições necessárias, fornecendo os hábitos equivalentes, tais formas de integração não são possíveis. Portanto, os arranjos institucionais e os princípios comportamentais viabilizam as economias substantivas e suas formas de integração econômica. As formas de integração econômica têm relação de predominância, contudo, nunca dissolvem totalmente as subjugadas. Isso vale tanto para um sistema econômico (componente maior) como para uma atividade produtiva (um componente menor). Se o mercado é o arranjo institucional predominante, a permuta com propensão à barganha é o principal traço comportamental e forma de integração, resultando em escolhas mais próximas das condições expostas na economia formal; logo, podemos caracterizá-la de “desenraizada”. Uma economia desenraizada significa que a esfera econômica possui instituições econômicas com grau de autonomia maior em relação às instituições sociais. O termo “enraizado” significa que a esfera econômica é institucionalmente regulada pelas instituições sociais de uma sociedade ou um grupo e, assim, não é autônoma.

QUADRO 1
Arranjos institucionais e seus respectivos princípios comportamentais (2020)

Arranjos institucionais	Princípios comportamentais
Simetria	Reciprocidade
Centralidade	Redistribuição
Autarquia	Domesticidade
Mercado	Permuta (propensão à barganha)

Elaboração dos autores.

6. “Descreve o movimento de bens e serviços (ou a maneira de dispor deles) entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico” (Polanyi, 2012, p. 83).

7. “Representa um movimento para um centro e, depois, para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados, que se altere apenas a maneira de dispor deles” (Polanyi, 2012, p. 83).

8. “Destinado a desempenhar um grande papel na história (...) consiste na produção para o uso próprio” (Polanyi, 2000, p. 73).

9. “Permuta é o comportamento de pessoas que trocam bens para obter o máximo proveito” (Polanyi, 2012, p. 91).

10. A simetria está relacionada a relações horizontais, onde não há diferença de poder, há uma relação de igualdade. A centralidade, ao contrário, impõe uma relação vertical, onde há relações de poder – de subalternos e chefes de tribos, por exemplo. A autarquia está relacionada à possibilidade de a família decidir, de forma autônoma, como realizar distribuição de bens e serviços para seus membros.

11. “A produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulador (...), regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro” (Polanyi, 2012, p. 95).

O que ocorre nos países onde o capitalismo mais se desenvolveu é que o arranjo institucional de mercado é predominante e subjugou os outros arranjos institucionais, que, por essência, dependem de instituições sociais densas para exercerem suas funções integradoras. Os arranjos baseados em simetria, centralidade e autarquia resultam em economias enraizadas, enquanto o mercado resulta, relativamente, em economias desenraizadas socialmente.

Apesar disso, o mercado como forma de integração não existia, pois, o comércio e as trocas na antiguidade eram amplamente regulados pelas instituições sociais; porém, mesmo quando o mercado passou a existir na transição do feudalismo para o capitalismo, as instituições, como as guildas, restringiram sua abrangência como provedor dos meios materiais da sociedade (Polanyi, 2000). O que era verdade para as sociedades pré-capitalistas, nas quais o mercado era um arranjo assessorio, ainda se aplica a uma série de sociedades, como as existentes na Amazônia. Segundo Polanyi (2000), o homem se integra economicamente por meio da terra, do trabalho e do dinheiro. O predomínio de uma forma de integração econômica e seu respectivo arranjo pode ser observado por sua capacidade de organizar a integração a partir daqueles elementos.

O dinheiro é anterior ao mercado. Aquele tinha usos diferentes e específicos em sociedades pré-capitalistas e, principalmente, era independente do mercado. Todavia, no capitalismo, o dinheiro se torna submisso ao mercado e de uso geral; mas mantém uma das suas antigas funções, a integração social (Maucourant, 1995).

Um dos primeiros impactos do avanço no mercado é a transformação da terra em propriedade privada e, conseqüentemente, em mercadoria. Sem o acesso à terra, os trabalhadores se veem forçados a vender sua força de trabalho. Esse é o expediente que o arranjo institucional do mercado utiliza para desarticular as instituições sociais que fundamentam os arranjos institucionais da simetria, da centralidade e da autarquia, disseminando o embrião do comportamento “barganhador” (lógica maximizadora). Esse é o expediente que reduz a diversidade, pressionando a reprodução de grupos camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc., o que transforma tais grupos em ofertantes da mercadoria “força de trabalho” após a desapropriação da sua terra.

Buscando auxiliar a reprodução das bases materiais desses atores sociais presentes no rural amazônico, com suas economias substantivas e diversas, o Projeto de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários¹² da Ufopa atua, articulando-se com os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, cooperativas, associações e grupos informais. Além de oficinas e cursos que auxiliam na autogestão dessas organizações, pautando-se nos princípios da economia solidária, a partir de junho de 2016, o projeto vem desenvolvendo em conjunto com as organizações supracitadas uma inovação institucional, a Feira da Agricultura Familiar (FAF) da Ufopa.

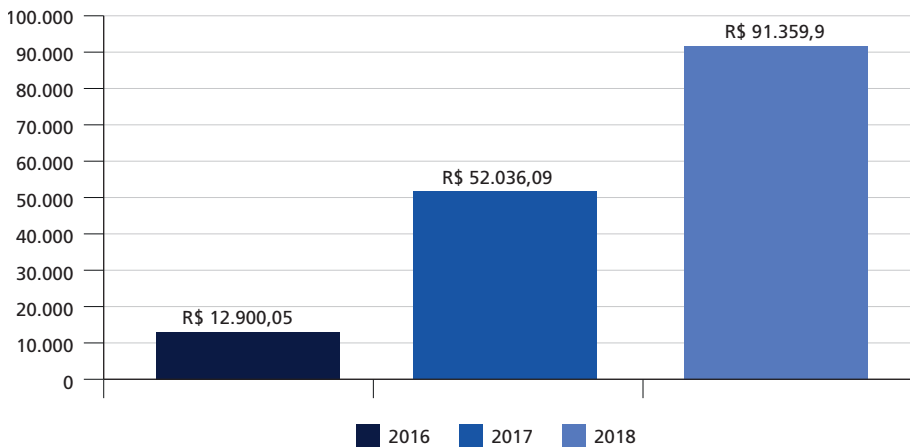
Teoricamente, podemos enquadrar a FAF da Ufopa como uma instituição que auxilia os atores a terem acesso aos meios materiais de reprodução, porém, essa integração econômica é baseada em um forte aporte de relações sociais, e se alimenta das formas de integração econômicas enraizadas. Portanto, o mercado não é o arranjo institucional predominante. A partir desse ponto, defenderemos argumentos em favor dessa tese, com o objetivo de propor que o desenvolvimento regional pode ser pensado em prol da valorização da diversidade ambiental, social e econômica, tendo a FAF como um caso empírico de como outras formas de integração econômicas além do mercado são possíveis.

4.1 A FAF como instituição

As organizações que participam da FAF enfrentavam, em graus diferentes, um obstáculo em comum: a inserção da sua produção no mercado. Desde 2016, a receita dos participantes da feira vem aumentando consistentemente, como demonstra o gráfico 2. Os participantes ofertam produtos tão bons quanto antes, assim como oferecem preço tão competitivo como antes. O próprio mecanismo de oferta-demanda-preço, que orienta as decisões no mercado, deveria espontaneamente, diante dessas condições, promover essa integração. Qual o motivo da não inserção dos produtos no mercado? Essa resposta exigiria uma investigação que foge ao escopo deste capítulo. Porém, havia de fato uma restrição na capacidade institucional do mercado em promover essa integração econômica entre agricultores e consumidores.

12. Tendo como coordenador o professor Luiz Gonzaga Feijão da Silva e vice-coordenadora a professora Elen Cristina da Silva Pessoa. O projeto estava vinculado ao curso de ciências econômicas.

GRÁFICO 2
Receita anual da FAF
(Em R\$)



Elaboração dos autores.

A FAF deve ser compreendida como um dos mecanismos da economia substantiva dos participantes. A Ufopa, por meio do Projeto de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários, assegurou a integração econômica tão importante para a reprodução material dessas famílias, solucionando o problema com a proposição de uma inovação institucional. A FAF não é uma instituição espontânea, assim como o mercado, que muito deve sua existência às mudanças institucionais promovidas pelo Estado na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental.

Segundo Neale (2017, p. 90), uma instituição pode ser identificada a partir de três características:

a primeira é que há várias pessoas praticando. A segunda é que há regras garantindo às atividades repetição, estabilidade e ordem previsível. A terceira é que há um senso comum [uma visão nativa dos envolvidos] explicando ou justificando as atividades e regras. As pessoas praticando podem ser vistas em suas ações e são assim identificadas. As regras são identificadas ao se ordenarem as ações em sequências repetitivas de eventos. As visões nativas ou os sentidos comuns (...) justificam as atividades ou explicam por que elas acontecem, como estão relacionadas, o que é considerado importante e irrelevante nos padrões de regularidade.

O sucesso da feira está relacionado ao hábito das pessoas em praticarem uma forma específica de integração econômica por meio dessa instituição. Para tanto, a Ufopa, por intermédio do projeto de extensão, foi essencial para estabelecer essa habituação. Dois momentos são essenciais: i) a primeira edição da FAF; e ii) os mecanismos de continuidade e evolução.

Antes de ser realizada a primeira edição da FAF, não havia pessoas empenhadas em utilizar essa instituição para se integrar, logo, não havia regras que proporcionassem repetição, estabilidade e previsibilidade. Para que houvesse pessoas “praticando” essa nova instituição, o projeto de extensão, com o apoio da PROCCE, mobilizou os sindicatos dos municípios da RM para indicarem associações, cooperativas e grupos de trabalhadores, além das organizações já assistidas pelo projeto, convidando-os a participarem da FAF.

O projeto propôs, com base em algumas conversas informais com os sindicatos e com a PROCCE, que a FAF seria realizada uma vez ao mês, na primeira quinta-feira, de 8h às 12h, em um dos auditórios multiuso da Ufopa. Além disso, a Ufopa daria todo o apoio logístico com ônibus e caminhões, assumindo os custos. Estabelecida a cooperação entre a Ufopa e as organizações dos produtores, o projeto iniciou a mobilização dos consumidores, os próprios servidores e alunos, utilizando os recursos de comunicação da Ufopa, como *site* e convite por *e-mail*. Além disso, o projeto, por intermédio de seus voluntários, promoveu uma grande divulgação, de sala em sala, convidando todos a participarem. E, assim, se realizou a primeira edição da FAF da Ufopa.

O que o projeto se propôs a fazer nesse primeiro momento, em conjunto com outras instâncias da Ufopa e os sindicatos, foi delimitar regras mínimas para que a integração se concretizasse, estipulando dia, horário e lugar. Entre projeto, PROCCE e sindicatos, acordou-se o subsídio ao transporte dos produtos e das pessoas. Entre projeto, produtores e consumidores, acordou-se a oferta de produtos de qualidade, diversos e a preços justos. Assim, nasce a base institucional da feira, que orientou, em um primeiro momento, as oportunidades e restrições dos participantes – produtores e suas organizações, consumidores e o projeto de extensão e suas vinculações com as diversas instâncias da Ufopa. Entretanto, para que essas regras se tornem um hábito e sejam “praticadas”, essa nova instituição deve se repetir, se estável e previsível, em um segundo momento de nossa análise.

Como processo a ser instituído, após as primeiras edições da FAF, uma série de questionamentos e demandas são realizados pelos diversos participantes, o que tentaremos sintetizar segundo suas fontes e seus destinatários (fonte – destinatário), conforme a seguir descrito.

- 1) Produtores – Ufopa: diferenciar produtos orgânicos de produtos agroecológicos e convencionais; “qual o critério para aceitar novos produtores (e suas organizações) na FAF?”; aumentar a divulgação; verificar atraso dos veículos que transportavam os produtores; avaliar baixa demanda; disponibilizar bebedouros.
- 2) Consumidores – produtores: maior diversidade de produtos; maior frequência da FAF; e redução dos preços.

- 3) Consumidores – projeto de extensão: maior frequência da FAF; estudar preços praticados; disponibilizar mais lixeiras no auditório; e convidar mais produtores.
- 4) Produtores – produtores: conflito por espaço (infraestrutura) e por ajuste do nicho de comercialização de cada grupo.
- 5) Projeto de extensão – produtores: participar de reuniões esporádicas; fornecer dados sobre a comercialização para os voluntários; praticar o preço justo; aumentar a diversidade dos produtos ofertados; e disseminar os valores da economia solidária.

Como é possível observar, as demandas e os questionamentos eram inúmeros. As regras mínimas estabelecidas na origem do arranjo não seriam capazes de resolver todas as exigências. Tais regras foram sendo construídas e praticadas ao longo do processo de institucionalização da FAF, assegurando que esse arranjo se repetisse, fosse estável e previsível. Porém, isso não significa imutável, pelo contrário. Há uma evolução no arranjo, se comparado ao período de junho de 2016 a dezembro de 2018. Apontamos a seguir algumas dessas regras: i) os produtores passaram a custear o transporte; ii) a FAF passou a ser realizada semanalmente e a ocupar um espaço de uso comum da Ufopa mais próximo à rua, o que aumentou a integração com consumidores da comunidade externa; iii) os produtores ajustaram seu nicho, não concorrem entre si e praticam preços justos; iv) o projeto de extensão, formado por alunos e professores, resolveu diversos problemas práticos e teóricos relacionados à FAF, bem como incrementou a produção acadêmica com artigos e monografias em diversos cursos da Ufopa; e v) a Ufopa, mesmo sendo uma experiência de extensão específica, de pequena escala e local, reforçou sua função de instituição promotora de inovação junto à sociedade e, especialmente, ao campesinato. Os produtores passaram a deliberar e conduzir com mais autonomia os caminhos a serem seguidos pela FAF, com o projeto de extensão apenas mediando a relação entre eles e a Ufopa, ou seja, o projeto de extensão passa aos produtores a gestão da FAF – ou, nos termos da economia solidária, a autogestão.

Apesar disso, a utilização de regras sozinhas é insuficiente. Como afirma Neale (2017, p. 91), “pense como seria fácil confundir a dança por diversão em uma festa, a dança por chuva em cerimônia religiosa e a dança por dinheiro”, o envolvido deve “saber quando participar e ser capaz de explicar por que se participa”. A continuidade da FAF e a ampliação do escopo de participação na gestão pelos produtores e suas organizações, o aumento dos consumidores e a renovação das ações de extensão do projeto relacionadas à FAF demonstram que houve a construção de um “senso comum” pelos envolvidos que explica e justifica as atividades e regras. Assim, a feira passa a apresentar as três características que a identificam como uma instituição.

O que apreendemos com essa reflexão é que a FAF não é um fenômeno natural ou espontâneo, similar ao que se atribui ao mercado – erroneamente, como destacado anteriormente –, é uma instituição dinâmica e em constante mudança e evolução, construída com base em uma densa rede social. Como a origem estava atrelada a regras básicas convencionadas, a estabilidade e evolução da FAF dependeria muito das instituições herdadas e “praticadas” pelos produtores. Nossa argumentação é que essas instituições construíram na FAF uma economia enraizada. Para ilustrar um pouco mais desse enraizamento, apresentamos nos tópicos seguintes algumas instituições determinantes na reprodução da economia substantiva do campesinato, assim como reivindicações políticas e sociais específicas, que se entrelaçam com os valores da economia solidária, bem como norteiam as ações do projeto de extensão.

4.2 A FAF e as instituições sociais que regulam a terra e o trabalho

A FAF, ao ser analisada de forma isolada no tempo e no espaço, *a priori*, com ênfase apenas nas trocas mercantis, não deixa transparecer nenhuma característica de enraizamento. A FAF deve ser analisada como um dos mecanismos da economia substantiva dos agentes econômicos e suas instituições, pois uma série de integrações econômicas enraizadas a precedem, do acesso à terra e ao trabalho, passando pela produção, até, finalmente, a FAF.

Até dezembro de 2018, treze organizações haviam participado da FAF, representando diversas reivindicações sociais. Destacamos o campesinato que se contrapõe ao avanço irrestrito do arranjo institucional do mercado, simplesmente, por reafirmar sua cultura e modo de vida. A FAF é composta essencialmente por associações e cooperativas constituídas por camponeses, quanto a esses, podemos distingui-los por uma característica que aqui é relevante: o acesso à terra. O campesinato que explora as terras nas reservas extrativistas, como a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, em Santarém-PA, ou a Floresta Nacional do Tapajós, em Belterra-PA, estão assentadas sobre regras formais (jurídicas) de propriedades coletivas. Agentes externos a essas comunidades estão amplamente limitados de ter acesso às terras, pois há um marco jurídico que impossibilita ao mercado organizar a alocação desse recurso. Em relação à distribuição de terra aos agentes internos, a tradição e a cultura que respaldam a demarcação e regularização coletiva dessas terras devem também ser consideradas como regras que irão restringir as opções de escolha desses agentes, especialmente, quanto à venda para agentes externos e para a expansão de atividades produtivas em desacordo com os padrões de produção sustentáveis. Portanto, o uso da terra e o acesso a ela estão amplamente regulados por instituições que não são somente o mercado.

Quanto aos camponeses que têm acesso em termos individuais à terra, como os que ocupam terras na cidade de Mojuí dos Campos-PA, não desfrutam dessa restrição formal que impede a terra de ser transformada em mercadoria e experimentam uma brutal concorrência por esse recurso devido à expansão da produção de soja na região. Apesar de estarem relativamente expostos ao mercado de terras, em sua maioria não tiveram acesso à terra por meio do mercado, e sim com base em políticas públicas de assentamento ou por meio da posse. Outro ponto importante é que se articulam, principalmente por intermédio dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de seus municípios, para unir forças contra o ímpeto de transformação da terra em mercadoria, identificando esse recurso como essencial para a reprodução das famílias. São amplas as campanhas realizadas pelos sindicatos, como a denominada “Não abra mão da sua terra”, tendo como objetivo inserir outras dimensões na decisão de permanência na terra, que não somente o preço mediado pelo mercado.

Quanto à terra explorada pelos camponeses, é possível afirmar que o arranjo institucional de mercado e seu padrão comportamental sofre forte resistência, limitação e restrição para desempenhar o papel de instituição alocadora de terras nessas comunidades, o que impossibilita a terra de ser transformada em mercadoria. Se refletirmos sobre a natureza e a evolução do acesso à terra, veremos mais uma vez que parte significativa do campesinato não teve acesso à terra por meio do mercado, o que, por natureza, articula-se com outros arranjos. Instituições de base formal, como leis e regulamentos impostos pelo Estado, são parte fundamental do argumento, contudo, os arranjos institucionais enraizados e seus respectivos comportamentos são a essência da argumentação.

O trabalho, como recurso utilizado na produção, também encontra no campesinato arranjos institucionais diversos que regulam o acesso. O primeiro que podemos apontar é a família. Uma análise típica chayanoviana destaca a importância do trabalho familiar no âmbito da reprodução dessa estrutura (ou instituição), sendo a família e não o mercado a fonte desse recurso. Necessariamente, o arranjo institucional que media tal acesso é a autarquia, institucionalizando o comportamento de domesticidade. Outra forma de acessar o recurso trabalho é por meio das relações simétricas entre famílias de uma mesma comunidade, por exemplo. Uma unidade familiar tem acesso ao recurso trabalho de outras famílias, com base em uma relação que implica reciprocidade. Portanto, o trabalho disponibilizado a uma família no presente impõe uma obrigação de retribuição no futuro, caso requerido. Na região oeste do Pará, esse arranjo é denominado de “puxirum”. Tanto a autarquia quanto a simetria oferecem mecanismos predominantes de acesso ao trabalho. A contratação de trabalhadores existe, contudo, ela é acessória e mais uma vez atesta uma dimensão secundária para a relevância do mercado como instituição reguladora do recurso trabalho.

4.3 Relações sociais, políticas e a economia solidária

Para Gaiger (2003, p. 183), a economia solidária é “uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo”. Nesse sentido, quando utilizamos a palavra “excluídos,” ela se refere à exclusão das riquezas e oportunidades produzidas pelo sistema capitalista, que, a *grosso modo*, são distribuídas a partir da inserção em mercados, como os de fatores de produção. A economia solidária se propõe a organizar uma economia enraizada, ainda que articulada ao mercado, por meio de empreendimentos econômicos solidários, que podemos entender como instituições que contêm suas próprias regras e senso comuns, possibilitando a inserção dos excluídos em atividades produtivas. É uma proposta característica da relação de subordinação de instituições econômicas às instituições sociais, ao mínimo em âmbito interno aos empreendimentos.

Essa característica de subordinação fica clara na definição e nos princípios da economia solidária. Brasil (2012) define a economia solidária como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver. Considerando essa concepção, a economia solidária possui os seguintes princípios.

- 1) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária.
- 2) Autogestão: os(as) participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. A autogestão envolve: “formação sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento. Pressupõe também a existência de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões” (Eid, 2004, p. 271).
- 3) Viabilidade econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- 4) Solidariedade – nos empreendimentos, ela é expressa em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades dos participantes; e outras.

Tanto a definição quanto os princípios apresentados em Brasil (2012) desembocam, entre outros pontos, em economias enraizadas, alicerçadas em arranjos institucionais adequados, reforçando padrões comportamentais que negam a barganha típica de mercado. O projeto, por meio de diversos cursos e oficinas, prioriza o reforço dos princípios da economia solidária na FAF, que, com o devido tempo e prática, esperamos que sejam incorporados pelo hábito ao comportamento do grupo. Essa habituação pode ser facilitada pelo efeito cumulativo das reivindicações políticas, sociais e ambientais já incorporadas historicamente pelas organizações e indivíduos que atuam como produtores na FAF. Apresentaremos sucintamente algumas dessas reivindicações.

A FAF é predominantemente feminina, 64% dos indivíduos que vendem são mulheres. A Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (Amabela), assim como a representação da Associação de Mulheres Rurais de Santarém, são associações que nasceram com o objetivo de reivindicar a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres. Uma representação pontual dessas reivindicações é a feira especial do dia internacional da mulher, que tem uma dinâmica própria, e que se sobrepõe absolutamente às trocas mercantis que se desenvolvem em paralelo, sendo conduzida por música e discursos de diversas lideranças em defesa da igualdade – não só das mulheres produtoras que comercializam na FAF, bem como de instituições, entre elas a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, que é uma parceira do projeto nesse evento específico.

Outra esfera importante de reivindicações diz respeito ao meio ambiente e à autonomia. Em contraste com o pacote tecnológico da “revolução verde”, empregado pela produção de soja no planalto santareno, a Associação de Produtores Orgânicos (APO) e a Amabela – se utilizando de tecnologias de produção orgânica e agroecológicas, respectivamente – são exemplos de resistências ao avanço destruidor de biodiversidade da produção de soja, tendo como proposta de produção tecnologias mais amigáveis ao meio ambiente, além de proporcionar maior autonomia tecnológica em relação a insumos disponibilizados pelo mercado capitalista, o que se torna uma estratégia de reprodução das famílias. Mais uma vez, pontualmente, é realizada a Feira de Sementes, Sabores e Saberes, organizada pela Amabela. Essa feira é organizada em prol da troca de sementes crioulas entre produtores, pesquisadores e comunidade em geral. Outro aspecto é a troca de sabores e saberes, empreendidas por meio de comidas típicas e poesia, entre outras atividades. As temáticas políticas, sociais e ambientais apresentadas não têm sua importância circunscrita apenas nas feiras especiais, pelo contrário, elas são praticadas continuamente, tendo apenas uma expressão maior nessas datas.

Finalizando, não podemos deixar de destacar a presença de representantes indígenas da etnia Way-Way, que comercializam a produção de artesanato. Os povos indígenas e sua cultura são o bastião das instituições e tecnologias que possibilitam a reprodução material humana em harmonia com o meio ambiente, valorizando a diversidade e não a homogeneidade típica das soluções capitalistas. A presença desses representantes na FAF é repleta de significado, entre esses, o respeito que devemos ter à economia substantiva desenvolvida por esses povos e seus conhecimentos tácitos que herdamos, que contribuíram e contribuem para a reprodução material de nossa sociedade.

Desse modo, a FAF é uma instituição criada com a finalidade de promover a integração econômica entre produtores – organizados em associações, cooperativas e grupos informais – e consumidores. Anteriormente, esses camponeses (produtores) tinham dificuldades de inserir sua produção nos circuitos de comercialização organizados pelo arranjo institucional de mercado. Esse é um problema relevante das bases produtivas local e regional, e resolvido a partir da inovação institucional promovida pelo projeto de extensão destacado neste capítulo. Com isso, a FAF resultou em uma economia enraizada. Primeiro, ela foi reforçada por uma trajetória de convívio dos produtores com arranjos institucionais diferentes do mercado, como visto nas formas como a terra e o trabalho são (e foram) acessados; assim, a instituição teve arranjos institucionais que resultaram em economias mais enraizadas como respaldo. Segundo, não dissociado da economia (produção e distribuição), as reivindicações dos produtores, como também as ações do projeto em direção à economia solidária, constroem um ambiente na FAF entrelaçado com as questões políticas, sociais e ambientais, como vimos nos casos das feiras especiais – Dia Internacional da Mulher e a Feira Sementes, Sabores e Saberes – e a presença de povos indígenas, que subordinam as instituições econômicas às instituições sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se a importância das instituições públicas de ensino superior a partir dos projetos de interiorização. A Ufopa apresenta-se como instituição de muita relevância para a região do Baixo Amazonas e o estado do Pará, e soma-se às outras universidades federais do estado, possibilitando, a partir do tripé ensino-pesquisa e extensão, contribuir para o desenvolvimento regional, local e/ou territorial, assim como exercer um de seus papéis principais, a aproximação entre universidade e sociedade, e seus atores locais.

A Ufopa, com essas experiências, seja na pesquisa seja no ensino – e aqui com o recorte para a extensão –, possibilita a formação social, o fortalecimento e a organização de colegiados, de empreendimentos de gestão cooperativa e de

autogestão. Além disso, essa universidade busca interagir em redes institucionais e organizações sociais, orientando, em especial, as organizações participantes desses projetos citados a buscarem suas autonomias de gestão, social e econômica.

No que se refere às contribuições do Projeto da Incubadora de Empreendimentos Solidários, pode-se dizer que sua finalidade foi a integração econômica entre produtores – organizados em associações, cooperativas e grupos informais – e consumidores. Anteriormente, esses produtores encontravam dificuldades em inserir sua produção nos circuitos de comercialização organizados pelo arranjo institucional de mercado. Esse é um problema relevante das bases produtivas local e regional, e resolvido a partir da inovação institucional promovida pelo projeto de extensão em destaque neste texto. Assim, a FAF resultou em uma economia enraizada. Primeiro, por ter sido reforçada por uma trajetória de convívio dos produtores com arranjos institucionais diferentes do mercado, como visto nas formas como a terra e o trabalho são (e foram) acessados, essa instituição teve arranjos institucionais que resultaram em economias mais enraizadas como respaldo. Segundo, não dissociado da economia (produção e distribuição), as reivindicações dos produtores, como também as ações do projeto em direção à economia solidária, constroem um ambiente na FAF entrelaçado às questões políticas, sociais e ambientais, como vimos nos casos das feiras especiais – Dia Internacional da Mulher e a Feira Sementes, Sabores e Saberes – e a presença de povos indígenas, que subordinam as instituições econômicas às instituições sociais.

A Ufopa adentra Santarém e o oeste do Pará com potencial para contribuir com o desenvolvimento regional, a partir de seus instrumentos de pesquisa, desenvolvimento e uso de tecnologias adequadas para problemas e realidades da região, tanto no âmbito urbano quanto rural, atendendo suas especificidades e características regionais. Surge ainda como oportunidade para ingresso de estudantes da região, ampliando as oportunidades de vagas e os cursos para a localidade. A Ufopa, mesmo diante das restrições orçamentárias que dificultam o desenvolvimento da educação no país, consegue cumprir sua missão institucional, qual seja, produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, a inovação e o desenvolvimento na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro: FASE, 2017.

BECKER, B. *et al.* **Tecnologia e gestão**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e desafios para políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010**. Brasília: MTE, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portal da Cidadania**, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3m6TSXR>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CASTRO, E. Política nacional de infraestrutura para a Amazônia: renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. *In*: ARAGON, L. E.; STAVIE, P. M. (Org.). **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2016. p. 241-256.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, n. 1, p. 9-32, jan.-jun. 2006.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. *In*: PICANÇO, I; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. 1. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. v. 1, p. 167-188.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Revista CRH**, n. 39, p. 181-211, 2003.

GULARTE, E. B. A concepção de espaço rural e urbano nas políticas de desenvolvimento territorial do governo Lula (2003-2010). *In*: SAQUET, M. A. (Org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 207-226.

HODGSON, G. M. O que são instituições? *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (Org.). **Economia institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 121-158.

LIMA, J. da S. Política de desenvolvimento territorial no Brasil: fundamentos, pressupostos e conceitos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14., 2013, Lima, Peru. **Anais...** 2013. Lima: CGP, 8-12 abr. 2013.

MAUCOURANT, J. **The substantive economy of money**: Karl Polanyi in the tradition of old institutionalism. Lyon: University of Lyon, 1995. Disponível em: <<https://bit.ly/3vemhOH>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

NEALE, W. Instituições. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. (Org.). **Economia institucional**: fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. p. 83-120.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

UFOPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Aditamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa (2012-2016)**. Santarém: Ed. Ufopa, 2015. 161 p.

_____. **Relatório de gestão exercício de 2018**. Santarém: Ed. Ufopa, 2018. 137 p.

_____. Pesquisa aponta o quanto a Ufopa fomenta a economia do Baixo Amazonas. **Ufopa Notícias**, 17 maio 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3FGNcaO>>. Acesso em: dez. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COGO, E. L. A universidade como mecanismo da construção do desenvolvimento regional. **Revista Científica Fazer**, v. 1, n. 2, 2013.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. de. Universidades federais, desenvolvimento regional e inovação. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá, Paraná. **Anais...** 2016.